

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

LEI Nº 3151/2015

Dispõe sobre a revisão geral anual dos servidores públicos do Poder Legislativo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O vencimento base dos cargos de provimento efetivo, bem como os comissionados do Poder Legislativo serão reajustados, a partir de 1º de junho de 2015, em 5,5% (cinco inteiros vírgula cinco por cento).

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se aos servidores inativos e aos pensionistas.

Art. 2º. Os valores do Auxílio Transporte, criado pela Lei nº 775/89, e do Abono Refeição de que trata o artigo 11 do Decreto 7340/96, passam a ser respectivamente, de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) e de R\$ 169,00 (cento e sessenta e nove reais).

Art. 3º As despesas decorrentes com o presente Projeto de Lei correrão à conta da verba própria orçamentária.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revoga as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 13 DE JULHO DE 2015.

RODRIGO NEVES- PREFEITO

(PROJETO DE LEI Nº. 131/2015 - AUTOR: COMISSÃO EXECUTIVA)

Portarias

Considera nomeado, a contar de 01/07/2015, **CARLOS RODRIGUES LOPES** para exercer o cargo Assistente A, CC-4, da Secretaria Executiva, em vaga decorrente da exoneração de Thiago Rodrigues Lopes, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09 (Portaria nº 976/2015).

Considera exonerado, a pedido, a contar de 01/07/2015, **THIAGO RODRIGUES LOPES** do cargo de Assistente A, CC-4, da Secretaria Executiva (Portaria nº 977/2015).

Considera exonerada, a contar de 10/06/2015, **FRANCINE RIMES O'REILLY TORRES** do cargo de Chefe do Serviço de Coordenação Multiprofissional, FMS-6, da Unidade Municipal de Urgência Doutor Mário Monteiro, da Vice Presidência de Atenção Hospitalar e de Emergência, da Fundação Municipal de Saúde, por ter sido nomeada para cargo incompatível (Portaria nº 978/2015).

Considera exonerada, a pedido, a contar de 10/06/2015, **ISABELLA DALLAPICOLA MAIOLI DA ROSA** do cargo de Chefe do Departamento Judicial e de Contencioso, FMS-4, da Superintendência de Ações Jurídicas, da Fundação Municipal de Saúde (Portaria nº 979/2015).

Considera nomeado, a contar de 10/06/2015, **RAPHAEL VIEIRA DA FONSECA ROCHA** para exercer o cargo de Chefe do Serviço de Coordenação Multiprofissional, FMS-6, da Unidade Municipal de Urgência Doutor Mário Monteiro, da Vice Presidência de Atenção Hospitalar e de Emergência, da Fundação Municipal de Saúde, em vaga decorrente da exoneração de Francine Rimes O'reilly Torres (Portaria nº 980/2015).

Considera nomeado, a contar de 10/06/2015, **FRANCINE RIMES O'REILLY TORRES** para exercer o cargo de Chefe do Departamento Judicial e de Contencioso, FMS-4, da Superintendência de Ações Jurídicas, da Fundação Municipal de Saúde, em vaga decorrente da exoneração de Isabella Dallapicola Maioli da Rosa (Portaria nº 981/2015).

Corrigendas

Na Lei nº3150/2015, publicada em 11/07/2015, no anexo IV, onde se lê: **Assessor C, CC-4**, leia-se: **Assessor C, CC-3**.

Na Portaria nº 947/2015, publicado dia 03 de julho de 2015, onde se lê: em vaga da exoneração de Luciano Xavier Alves Ribeiro, leia-se: em vaga da exoneração de Anna Carolina Motta Moreiras Bruno.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Despachos do Secretário

Averbação de tempo de serviço-Deferido

20/2047/15

Cancelamento de descontos- Deferidos

20/2056/15

Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

Portaria nº52/2015

Processo nº20/837/15

Edital de Citação: Cid Sant'ana Garcia, Técnico de Planejamento, matrícula nº220.076-4

Assunto: apresentar defesa por estar incurso em tese no artigo 178 combinado com o artigo 180, artigo 56 combinado com o artigo 192 e artigo 194, inciso VII, todos da Lei nº531/85; **Prazo:** 20 dias, a contar da última publicação, que se fará durante 3 dias, ciente de que a ausência de manifestação implicará **Revelia** e seus efeitos; **Fundamentação legal:** art.241 § 4º c/c 247 da Lei nº531/85; **Vista dos autos:** sala da COPAD, Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 5º andar; **Horário:** 9:00 horas às 16:30 horas.

Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

Portaria nº53/2015

Processo nº20/848/15

Edital de Citação: Waléria Silva de Oliveira, Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº434.471-9

Assunto: apresentar defesa por estar incurso em tese no artigo 178 combinado com o artigo 180, artigo 56 combinado com o artigo 192 e artigo 194, inciso VII, todos da Lei nº531/85; **Prazo:** 10 dias, a contar da última publicação, que se fará durante 8 dias, ciente de que a ausência de manifestação implicará **Revelia** e seus efeitos; **Fundamentação legal:** art.241 § 2º e §4º da Lei nº531/85; **Vista dos autos:** sala da COPAD, Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 5º andar; **Horário:** 9:00 horas às 16:30 horas.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 015/2015
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta no processo nº 020/000466/2015 relativo ao fornecimento de café em pó e açúcar refinado, homologo o resultado da licitação, por **PREGÃO PRESENCIAL, para o Sistema de REGISTRO DE PREÇOS sob o nº 015/2015**, adjudicando o fornecimento para a empresa: **C. TEIXEIRA 110 COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, para o item 01 o valor de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais) e para o item 02 o valor de R\$ 21.840,00 (vinte e um mil e oitocentos e quarenta reais), perfazendo o valor total de R\$ 97.840,00 (noventa e sete mil oitocentos e quarenta reais), para atender a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e as demais SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, de acordo com o inciso VI do artigo 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
EXTRATO Nº 251/2015

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 251/2015. **PARTES:** O Município de Niterói tendo como gestora a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e Odete Machado Barcellos Silva. **OBJETO:** Locação do Imóvel sito à Rua Esther Alexander Andrade s/nº - Quadra 065 – Lote 012 – Loteamento Soter – Serra Grande – Niterói/RJ. CEP: 24342-086 para acolhimentos de crianças e adolescentes. **PRAZO:** 30 (trinta) meses. **VALOR**

ESTIMATIVO: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). **VERBA:** PT nº 167208.243.0027; C.D. 3339036000000; **FONTE** 100; Nota de empenho nº 000078 datada de 22/05/2015. **FUNDAMENTO:** Lei 8.666/93 e Processo nº 090/0076/2015. **DATA DA ASSINATURA:** 01 de junho de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
DESPACHO DA SECRETARIA
EXTRATO Nº 61/2015

Ratifico a dispensa da licitação com fundamento no Art. 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, combinado com Decreto Municipal nº 11.316/2013. **PARTES:** Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e Empresas: TRATORFIL COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA e ELETROCURVO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP. **OBJETO:** Aquisição de material para conserto e manutenção para os rolos compactadores 62,166 e 330, oriundo do processo n º040/000546/2015. **VALORES:** R\$3.431,70 e R\$3.123,00 respectivamente. **DATA:**12/03/2015.

CORRIGENDA

Na publicação do dia 03/07/2015. Ratificação da Dispensa proc. nº 040/000711/2015. Leia-se: Partes: DRH 2003 COMERCIO DE PEÇAS LTDA-ME.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atos do Presidente
TERMO ADITIVO Nº 025/2015

Instrumento: Termo Aditivo Nº 025/2015 ao Contrato Nº 124/2013; **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-CIEE/RJ. **Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo do Contrato Nº 124/2013, firmado entra a FME e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, de prestação de serviços de Agente de Integração para o desenvolvimento do Programa de Estágio não Obrigatório e Supervisionado de estudantes que estejam frequentando o Ensino Regular em instituições de educação superior e educação superior e educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos para atendimento às necessidades dos Projetos Educacionais da Diretoria do Ensino Fundamental e Departamentos da FME, conforme solicitação do NEST, através da CI 008/2014, Processo Administrativo **210/1667/2013**. **Prazo:** 06 (seis) meses, a contar de 01/07/2015, com término previsto em 01/01/2016. **Valor: R\$ 858.660,00** (oitocentos e cinquenta e oito mil seiscentos e sessenta reais), sendo empenhado inicialmente a importância de **R\$ 19.515,00** (dezenove mil quinhentos e quinze reais) à conta do Programa de Trabalho Nº 12.361.0043.1125. Código Despesa Nº 3339039000000. Fonte: 205. Nota de Empenho Nº 00800/2015, ficando o restante a ser empenhado posteriormente **Fundamento Legal:** inciso II, § 1º do art. 57 Lei 8.666/93 **Processo 210/1667/2013**. **Data da Assinatura:** 01/07/2015.

Ata de R.P. nº 03/2015
Processo Administrativo nº 210/0962/2015
Validade: 02/07/2016

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARGA PARA BOTIJÕES DE GÁS PARA USO NAS COZINHAS DE TODA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Aos vinte e nove dias do mês de Junho ano de dois mil e quinze, a Fundação Municipal de Educação de Niterói, através do Órgão Gerador de Registro de Preços, integrante da Coordenadoria de Compras, situado na Rua Visconde do Uruguai, nº 414, nesta Cidade, aqui representada, nos termos do Decreto Municipal nº 10005/2006, por **LORENA NEVES PESTANA RIBEIRO** portadora do R.G nº 21.045.66-6 (Detran-RJ) e inscrita no CPF sob o nº 109.488.207-05, e a empresa: **SOARES & BOZZI COMERCIO DE GÁS E TRANSPORTES LTDA.,** situada à Rua Farinha,s/nº, Lote 17 quadra BM - Penha Circular – RJ inscrita no CNPJ sob nº 07.363.603/0001-05, neste ato representada por Everaldo Vieira dos Santos portador do R.G nº: 06853904-8/DICRJ e inscrito no CPF sob o nº808.948.797-15, nos termos do Decreto Municipal nº 10005/2006, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal 8.666/93, e demais normas complementares, e consoantes às cláusulas e condições constantes deste instrumento, resolvem efetuar o registro de preços, conforme decisão de fls. 287/288, homologada às fls 289, ambas do Processo Administrativo nº 210/0962/2015, referente ao Pregão Presencial nº06/2015.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇOS

1.1– Constitui o Objeto da presente Ata o registro de preços do item dela constante, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/1993, e do artigo 1º do Decreto Municipal nº 10005/2006.

1.2– Os preços registrados na presente Ata referem-se ao seguinte serviço:

ITENS/ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL R\$
GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO – Aquisição de cargas de GLP, para botijão de 45 kg, com fornecimento de botijão na base de troca, para o ensino fundamental.	2976	Supergasbrás	182,50	543.120,00
GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO – Aquisição de cargas de GLP, para botijão de 45 kg, com o fornecimento de botijão na base de troca, para a educação infantil.	1440	Supergasbrás	182,50	262.800,00
GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO – Aquisição de cargas de GLP, para botijões de 13kg, com o fornecimento de botijão na base de troca.	312	Supergasbrás	47,70	14.882,40
Total Geral				R\$820.802,40

CLAUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1- A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Fundação Municipal de Educação de Niterói, não fica obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, ficando assegurada ao benefício do registro a preferência em igualdade de condições.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA.

3.1 - Quando efetivamente ocorrer à contratação a empresa será convocada, para no prazo de três dias úteis, comparecer a Gerencia de Contratos e Convênios da FME o órgão requisitante para assinatura do Contrato.

3.2 - Após formalização do ajuste/contrato, a empresa detentora da ata, terá o prazo para a retirada da Nota de Empenho de até 03(três) dias úteis, contados da data de publicação do extrato de contrato no Diário Oficial do Município.

3.3 - Para a retirada de cada nota de Empenho ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a documentação relativa à habilitação do certame que já tenha expirado a validade.

3.4 - O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4.1 - A entrega do objeto na unidade requisitante será acompanhada da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho.

3.5 - Se a qualidade do objeto entregue não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.6 - Se, durante o prazo de validade da ata, o objeto entregue apresentar quaisquer alteração que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela FME.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.1 - Se a licitante vencedora recusar a assinar contrato ou outro documento que o substitua injustificadamente, a sessão será retomada e as demais licitantes chamadas, na ordem de classificação para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se a licitante desistente, às penalidades do art. 81 da lei nº 8.666/93.

4.2 – Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações expressas neste edital e/ou na Proposta-Detalhe, inclusive prazo de entrega, ficará o licitante sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

I – advertência;

II – multa moratória de 1,0 % (um por cento) ao dia útil de atraso, até no máximo de 20% por cento sobre o valor do Contrato.

III – suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com os órgãos da FME Direta e Indireta, por prazo de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a FME Direta ou Indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição na forma do inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

4.3 – A multa prevista no subitem acima não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximira a Contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.

4.4 – Os valores devem ser recolhidos a favor da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI, em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo a FME descontá-los das faturas por ocasião por ocasião de seu pagamento se assim julgar conveniente, e até mesmo cobrá-los executivamente em juízo.

4.5 – Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contra a aplicação das multas, na forma do artigo 109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – FORMA DE PAGAMENTO

5.1 – Os pagamentos devidos a CONTRAPARTIDA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do “Termo de Contrato”.

5.2 – O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo 02 (dois) servidores do órgão requisitante.

5.3 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observando o disposto no Decreto Municipal nº 10005/2006.

5.3.1 – O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final de adimplemento de cada parcela, nos termos da letra “a” do inciso XIV, do art.40 da Lei nº 8.666/93, mediante apresentação pela CONTRATADA, à repartição competente, da nota fiscal, previamente atestada por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

5.3.2 – Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reniciar-se-á contar da data da respectiva reapresentação.

5.3.3 – Os pagamentos eventualmente realizados com atrasos, desde que não decorram de fato atribuíveis à CONTRATADA, sofrerão a incidência de juros moratórios de 0,033% (trinta e três centésimos por cento) ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecimento na legislação serão feitos mediante desconto de 0,033% ao mês, por rata die.

5.4 – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer em periodicidade anual, observados os índices estipulados no Edital.

5.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art.65, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 – Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto a possibilidade de readequação dos preços vigentes em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise a demonstração da composição de custos, anexa a esta ata.

6.2 – O Diferencial de preço entra a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela FME à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ta.

6.2.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2.3 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

6.2.4 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior ao preço praticado pelo mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado

II – frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.5 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentado e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.6 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLAUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA E DA RESCISÃO DO AJUSTE

7.1 – DO CANCELAMENTO

1. 1 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I – descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II – não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela FME, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado; e

IV – tiver presentes razões de interesse público.

7.1.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.1.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maiores devidamente comprovadas.

7.2 – DA RESCISÃO DO AJUSTE

7.2.1 – A Ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

7.2.2 – A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

7.2.2.1 – a detentora não cumprir as obrigações constante na ata;

7.2.2.2 – A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a administração não aceitar sua justificativa;

7.2.2.3 – A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.4 – Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial d contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.5 – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

7.2.2.6 – Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela FME;

7.2.2.7 – Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

7.2.3 – A comunicação do cancelamento, nos casos previstos no subtem 7.1, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Niterói, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

7.2.4 – A rescisão pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

7.2.4.1 – A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no item 4, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

7.2.5 – A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

7.2.6 – A Fundação Municipal de Educação de Niterói, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do dispostos no edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.

CLÁUSULA OITAVA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

8.1 – As aquisições ou serviços decorrentes desta Ata serão autorizadas, caso a caso, pelo titular da Pasta à qual pertencer a unidade requisitante ou por quem delegar competência para fazê-lo.

8.2 – As aquisições ou serviços decorrentes desta Ata serão formalizados através de processo administrativo de contratação.

8.3 – A emissão da nota de empenho/contratação, sua retificação ou cancelamento total ou parcial, bem como a celebração e contratos, serão, igualmente, autorizados pelo titular da Pasta à qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar tal competência.

8.4 – As aquisições ou serviços do objeto por ata, por órgãos da Administração Indireta, obedecerão às mesmas regras dos subitens anteriores, sendo competente para sua autorização e atos correlatos o Superintendente da autarquia ou o Presidente da empresa interessada, ou, ainda, a autoridade a quem aqueles houverem delegado os respectivos poderes.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – O compromisso de fornecimento e execução dos serviços estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente decorrente da ata.

9.2 – Os pedidos deverão ser efetuados através de ofícios ou memorandos protocolizados ou enviados através de “fac-símile”, deles constando: data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia aos processos de liquidação e de requisição.

9.3 – Os preços registrados, nos termos do § 4º o artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo).

9.4- Caso o objeto entregue não corresponda às especificações da ata, será devolvido, ser substituído imediatamente.

9.5- O Preço a ser pago pela FME é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou a de autorização de readequação pela FME nesse intervalo de tempo.

9.6 Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, esse deverá ser enviado pelo correio registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7- As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer as normas técnicas pertinentes.

9.8 A detentora da Ata deverá comunicar a FME toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9 Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ara é competente, por força de lei, o Foro de Niterói.

CLÁUSULA DÉCIMA- DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

10.1 Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e a administração do SRP, e ainda o seguinte:

I Convidar, mediante correspondência eletrônica ou por meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preço;

II Consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III Promover todos os atos necessários à instrução para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV Realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

V Confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VI Realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII - Gerenciar a Ata de Registro de Preço, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades do Departamento de Alimentação Escolar, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da ATA;

VIII- conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preço;

IX- realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-lo das peculiaridades do SRP e coordenar participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados.

10.2- Compete aos órgãos e entidades:

10.2.1- Requisitar via fax ou ofício, o eventual fornecimento do objeto da licitação cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

10.2.2- Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto solicitado.

10.2.3- Observar as Determinações do Decreto 10005/2006

10.2.4 Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual além das atribuições previstas no art. 67 da lei 8666/93, compete:

I – Promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade da contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

II- assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preço, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

III zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrente do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

10.3- Compete ao Fornecedor:

10.3.1- Fornecer o objeto dessa licitação na forma e condições ajustadas nesta Ata, no edital, na proposta vencedora da licitação e na minuta do contrato anexo ao edital;

10.3.2- Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades contratantes ou referentes à forma do objeto dessa licitação e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

10.3.3 Apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo documento que comprove as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.3.4 Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições Registradas;

10.3.5 Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Fundação Municipal de Educação de Niterói ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

Niterói, ____ de _____ de 2015.

Coordenadora do Órgão Gerenciador

Empresa Vencedora

Testemunhas:

NOME:

RG:

NOME:

RG:

ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2015

A Pregoeira, no uso das suas atribuições, informa errata do Pregão Presencial supra. Na homologação publicada em 03 de julho de 2015, **onde se lê:** "... homologando o objeto licitado à Licitante **SOARES & BOSSI COM. DE GÁS TRANSP LTDA** no valor de R\$ 818.376,00 (oitocentos e dezoito mil, trezentos e setenta e seis reais).", **leia-se:** "...homologando o objeto licitado à Licitante **SOARES & BOSSI COM. DE GÁS TRANSP LTDA** no valor de R\$ 820.802,40 (oitocentos e vinte mil, oitocentos e dois reais e quarenta centavos)."

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA
Atos do Presidente

P O R T A R I A Nº. 0039/2015

O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO-EMUSA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Fica constituída **COMISSÃO PARA ACEITAÇÃO DEFINITIVA dos serviços de Estudo do Pavimento para os Projetos Básicos da Transoceânica** com efetividade a partir de 14 de julho de 2015, designando para tal os seguintes membros:

- Lincoln Thomaz da Silveira – Mat. 02186
- Zelma Carvalho dos Santos Dellivenneri – Mat. 01032
- Sebastião Cesar Farias – Mat. 2246

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015

OBJETO: Recuperação estrutural da Ponte da Boa Viagem, que liga a ilha do mesmo nome ao nosso continente, na Avenida Almirante Benjamim Sodré, Praia da Boa Viagem, no Município de Niterói. **DATA, HORA E LOCAL:** Dia 07 (sete) de agosto de 2015 às 11:00 (quinze) horas, na sede da EMUSA, situada na Rua Visconde de Sepetiba nº 987 - 11º andar - Centro - Niterói - RJ. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:** Estar inscrita no cadastro da Prefeitura Municipal de Niterói, suas Autarquias, Fundações ou qualquer de seus órgãos da Administração Indireta, ou, preencher todas as condições para cadastramento, até o terceiro dia anterior ao recebimento da proposta. **EDITAL E INFORMAÇÕES:** O Edital e minuta contratual poderão, a critério da EMUSA, ser consultados no site: www.niteroi.rj.gov.br. O Edital completo só poderá ser retirado na tesouraria da EMUSA mediante a entrega de 2 (duas) resmas de papel A4 no endereço supracitado. Maiores esclarecimentos sobre a obra poderão ser prestados pelo Presidente da CPL ou pela Diretoria de Operações da EMUSA. Niterói, 13 de julho de 2015. Paulo Roberto de Almeida – Diretor Administrativo da EMUSA.

CORRIGENDA

"Onde se Lê na **HOMOLOGAÇÃO e PUBLICAÇÃO** da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA DE nº. 004/2013** – Processo Administrativo de nº. **510/4870/2013**, datadas de 13 de junho de 2014 e 14,15 e16 de junho de 2014, prazo de execução do objeto de 06 (Seis) meses, **Leia-se: Prazo de execução para 12 (Doze) meses**".